

CONTRADITÓRIO AO RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Recebemos os Resultados da Avaliação Externa do nosso agrupamento efectuada pela equipa da Inspeção Geral de Educação, que foram, imediatamente, objecto de uma intensa, mas também enriquecedora, reflexão da nossa parte.

Pretendemos assegurar-vos de que nos revemos num grande número de aspectos focados no vosso relatório. A vossa permanência na escola/agrupamento decorreu de um modo bastante agradável. O ambiente foi propício ao desenvolvimento de um bom trabalho e a um diálogo confiante entre os diversos intervenientes neste processo.

Porém, sendo o contraditório um direito, gostaríamos de o usar para prestar alguns esclarecimentos sobre pequenos aspectos que não tenham ficado claros ao longo das entrevistas.

Queremos, desde já, afirmar que todo este processo proporcionou vivências importantes para o nosso agrupamento e que, efectivamente, nos sentimos acompanhados, auditados, controlados e, sim, avaliados. São metas do Projecto Educativo deste agrupamento a promoção do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, instituindo a igualdade de oportunidades; do sucesso escolar, atendendo às necessidades de todos os alunos; da integração dos alunos com NEE's e da qualidade de vida na Escola, pelo que nos revemos em todo processo de avaliação que seja efectuado com sentido de responsabilidade e vise a qualidade na Educação.

A Avaliação tem sido, desde sempre, por nós tratada com o maior cuidado e a maior preocupação, pois na nossa demanda, visamos “o desenvolvimento total da pessoa”. Ora, só uma prática constante e rigorosa do estudo e análise dos resultados, do serviço educativo, da organização e gestão escolar do agrupamento são garantes de uma real procura de Qualidade na Educação, que, evidentemente, não entendemos desprovida de igualdade, justiça, respeito pela diferença, rigor, valorização de si e dos outros.

Porque temos consciência de que efectuamos um trabalho sério e de qualidade, no qual se revela o gosto pela escola, o respeito pelo outro, a valorização e a integração de todos na comunidade, em suma a intenção de “educar para a Vida”, consideramos relevante esclarecer alguns aspectos, no âmbito dos seguintes domínios:

RESULTADOS

Fazendo uma análise comparativa das taxas de transição/conclusão nos três ciclos, constata-se que estas aumentam progressivamente. No 3º Ciclo, situam-se claramente acima dos resultados nacionais, em qualquer dos anos do triénio.

Insiste-se no facto de ser orientação pedagógica do agrupamento a existência de um grande rigor na qualidade das aprendizagens: pretende-se que os alunos adquiram bases sólidas, isto é, requisitos que sustentem aprendizagens cada vez mais complexas. Ora, este processo começa no 1º ciclo, havendo a



garantia efectiva de que os alunos terminam o ciclo com as competências previstas, sendo os resultados apurados prova disso.

Considera-se que este princípio orientador do trabalho do agrupamento é validado pelos resultados obtidos nos momentos de avaliação externa (6º e 9º anos), que se situam sempre acima da média nacional, sendo o último ciclo do ensino básico (o terceiro) aquele em que esse desvio é mais acentuado. Os resultados dos alunos têm sido classificados entre os melhores quer relativamente aos dos restantes estabelecimentos do concelho de Torres Vedras quer do distrito. Assim, o agrupamento obteve, na última avaliação externa de 9º ano, o melhor resultado do concelho, o 3º melhor do distrito e o 17º melhor das escolas públicas a nível nacional.

Relativamente ao conhecimento que o agrupamento tem dos resultados dos seus alunos, entendemos que este é profundo, é objecto de reflexão sistemática em várias estruturas e é orientador para a redefinição de estratégias e de distribuição de serviço. Valorizamos assim o carácter formativo da avaliação numa perspectiva de orientação e regulação do processo.

No que diz respeito à realização de uma “...comparação formal com outros estabelecimentos de ensino da região...”, esta não nos parece ser pertinente. Não se trata de uma preocupação deste agrupamento nem tão pouco competência da direcção. Aliás, não é, nem nunca foi, prática de nenhum dos outros estabelecimentos de ensino do concelho e podemos afirmá-lo pois nunca fomos envolvidos em qualquer processo deste género.

Sobre a ausência de “participação dos alunos nas equipas responsáveis pela elaboração dos documentos estruturantes”, esta opção do agrupamento deve-se ao nível etário dos discentes. Consideramos que estes se apropriam do conhecimento dos seus conteúdos através de vários intervenientes: professor/encarregado de educação/director de turma e direcção.

Também a programação das actividades, embora não explicitamente, tem em conta os interesses e necessidades dos alunos. Este aspecto manifesta-se não só pelo conhecimento que os docentes têm das suas turmas, quando adequam as actividades propostas ao nível leccionado, ao nível etário e/ou ao contexto sociocultural ou, mais especificamente, no domínio do Desporto Escolar, onde os alunos estão fortemente envolvidos na selecção de oferta de actividades. Estamos num agrupamento de escolas com crianças desde os 3 anos de idade até à idade da adolescência, não tem sentido implicar todos de um mesmo modo e exigir a todos uma participação idêntica. Aprender também é confiar e saber esperar pela sua oportunidade de intervir. Assim, o contributo dos alunos é veiculado através dos diversos agentes educativos que com eles interagem.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

No que diz respeito ao processo de elaboração das planificações, pretendemos esclarecer o seguinte: o trabalho do ajustamento das planificações tem lugar mensalmente em reuniões formais de subdepartamento/departamento/ano. Estas estão calendarizadas desde o início do ano lectivo e constituem momentos de partilha e reflexão em vários aspectos, incluindo o ajuste da planificação. Para além destes momentos, existem naturalmente muitos outros de partilha informal, efectuados na escola ou, por via informática, e que são inerentes ao processo de formador. Assim, não reconhecemos como prática do agrupamento a expressão “forma mais esporádica”, no âmbito da elaboração das planificações.

Ainda que a interdisciplinaridade não seja apontada com carácter regular e a gestão vertical do currículo esteja em fase inicial de desenvolvimento, consideramos que estes factores estão implícitos e a ausência de explicitação formal não compromete a qualidade / sequencialidade das aprendizagens, dado que os resultados apurados são considerados por nós de muito bons.

Sobre o trabalho de articulação com a escola secundária onde algumas turmas do 6ºano prosseguem o ensino básico, queremos destacar a boa imagem junto da referida escola, que nos felicita sempre pela boa organização e clareza da documentação enviada no momento da transição, bem como outros encontros efectuados entre directores de turma e professores de educação especial de ambas as escolas.

Sobre a supervisão das actividades em sala de aula, esta não é feita de forma regular e sistemática, à semelhança do que acontece na generalidade das escolas. Contudo, pontualmente, ocorrem por solicitação do docente ou por decisão do coordenador e/ou directora.

“Os critérios de avaliação (...) não são, contudo, objecto de monitorização”, esta afirmação não se adequa à realidade do agrupamento. Com efeito, eles são amplamente discutidos ao longo do ano e mais precisamente nas reuniões que antecedem os momentos de avaliação. Os coordenadores / subcoordenadores acompanham, isto é ouvem, partilham, discutem, aconselham... regularmente os colegas.

Quanto à afirmação referente aos alunos com plano de recuperação “... que evidenciam alguma ineficácia das medidas aplicadas...”, essa eficácia depende de muitos intervenientes : escola, família e alunos. Assim não reconhecemos a exclusividade da responsabilidade destes resultados, sem uma análise de todo o contexto em que cada aluno está inserido, uma vez que a legislação não prevê mecanismos eficazes para responsabilizar alunos e encarregados de educação.

“A oferta de actividades educativas, por vezes pouco enriquecedores, no âmbito da ocupação plena dos tempos escolares ...” A escola-sede está neste momento sobrelotada, com mobiliário inadequado para alunos mais velhos, pelo que consideramos este aspecto um constrangimento e não um ponto fraco.

CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

Quanto ao ponto fraco “ ausência de uma cultura de auto-avaliação que permita a evolução sustentada do Agrupamento”, consideramos que esta observação merece uma pequena correcção. O vocábulo “ausência” não descreve adequadamente a situação do agrupamento. Reconhecemos que a cultura de auto-avaliação necessita de ser praticada a partir de outros parâmetros mas nunca que está ausente. Existem vários mecanismos de auto-avaliação em diferentes estruturas, que servem de orientação à tomada de decisão para redefinição de estratégias, o que está reconhecido no ponto 5.1. do relatório.

Este relatório foi apresentado ao Conselho Pedagógico deste Agrupamento, tendo merecido um parecer favorável.

Torres Vedras, 9 de Junho de 2010


A Directora
(Paula Martins)

